NOVA CONCURSOS

TRT-4ª

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Analista Judiciário
Área Administrativa

- Lingua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Informática
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Orçamento Público
- Noções de Gestão de Pessoas
- Noções de Direitos Humanos (On-line)
- Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública (On-line)



Conteúdo de acordo com o edital
Questões gabaritadas da banca FCC
Legislação comentada

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1/2026

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

TRT-4

Analista Judiciário - Área Administrativa

NV-030OT-26-TRT-4-ANA-JUD-ADMIN
Cód.: 7908428819859

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa de acordo com o Edital nº 1/2026, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT-4.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca FCC, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Noções de Direitos Humanos e também Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA 11

- **REDAÇÃO OFICIAL 11**
- **ORTOGRAFIA 45**
  - **ACENTUAÇÃO 46**
- **EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE 47**
- **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS 49**
- **RELAÇÃO DO TEXTO COM SEU CONTEXTO HISTÓRICO 52**
- **DENOTAÇÃO 53**
- **CONOTAÇÃO 53**
- **DISCURSO DIRETO, DISCURSO INDIRETO E DISCURSO INDIRETO LIVRE 54**
- **INTERTEXTUALIDADE 56**
- **FIGURAS DE LINGUAGEM 59**
- **MORFOSSINTAXE 62**
  - Flexão Nominal 64
  - **PRONOMES 69**
  - Correlação de Tempos e Modos Verbais 72
  - **FLEXÃO VERBAL 73**
  - Vozes do Verbo 75
  - Período Composto por Coordenação 86
  - **PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO 87**
  - Regência Verbal 90
  - Regência Nominal 92
  - Concordância Verbal 92
  - Concordância Nominal 95
- **ELEMENTOS ESTRUTURAIS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS 99**
- **SINONÍMIA 103**
- **ANTONÍMIA 103**
- **PONTUAÇÃO 103**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

CONECTIVOS **107**

CONFRONTO E RECONHECIMENTO DE FRASES CORRETAS E INCORRETAS **107**

ORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE ORAÇÕES E PERÍODOS E EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS **108**

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO 123

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS **123**

DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES **124**

COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DA LÓGICA DAS SITUAÇÕES: RACIOCÍNIO MATEMÁTICO, FORMAÇÃO DE CONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS **125**

RACIOCÍNIO VERBAL **126**

RACIOCÍNIO SEQUENCIAL **126**

ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL **126**

COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO **126**

NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS **127**

Operações: Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão 127

Problemas e Frações e Operações com Frações 131

POTENCIAÇÃO **134**

EXPRESSÕES NUMÉRICAS **138**

MÚLTIPLOS E DIVISORES DE NÚMEROS NATURAIS **139**

NÚMEROS E GRANDEZAS PROPORCIONAIS **139**

RAZÕES E PROPORÇÕES **139**

DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS **141**

REGRA DE TRÊS, PORCENTAGEM E PROBLEMAS ENVOLVENDO REGRA DE TRÊS SIMPLES, CÁLCULOS DE PORCENTAGEM, ACRÉSCIMOS E DESCONTOS **143**

NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS **149**

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL (MODA, MEDIANA, MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PONDERADA) E DE DISPERSÃO (DESVIO MÉDIO, AMPLITUDE, VARIÂNCIA, DESVIO PADRÃO) **149**

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS (HISTOGRAMAS, SETORES, INFOGRÁFICOS) E TABELAS **152**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO 161

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE: RESOLUÇÃO CNJ Nº 400/2021 (DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO) 161

CÓDIGO DE CONDUTA E VALORES ÉTICOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO (PORTARIA GP.TRT4 Nº 4.573, DE 14 DE AGOSTO DE 2023) COMPILADO COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PORTARIA GP.TRT4 Nº 2.808/2025)..... 168

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO (ATUALIZADO ATÉ A RA Nº 31, DE 17.08.2026, QUE APROVOU O ASSENTO REGIMENTAL Nº 04/2026 (RA DISPONIBILIZADA NO DEJT DE 04.09.2026, CONSIDERADA PUBLICADA EM 08.09.2026)..... 178

RESOLUÇÃO CSJT Nº 360/2023 (POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, DO ASSÉDIO E DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS)..... 257

RESOLUÇÃO CNJ Nº 351/2020 (INSTITUI NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO, A POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO)..... 267

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 279

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 10 E 11 279

CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES: ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS 279

E-MAIL, EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS, AGENDA E APRESENTAÇÕES 299

MICROSOFT OFFICE 365..... 299

COMPARTILHAMENTO DE ARQUIVOS: GOOGLE DRIVE..... 333

GOOGLE WORKSPACE..... 336

EDITOR DE TEXTO (DOCUMENTOS GOOGLE): CRIAR ARQUIVOS, EDITAR, COMPARTILHAMENTO DE ARQUIVOS E PERMISSÕES 336

AGENDA: CRIAR EVENTOS, CONVIDAR PARTICIPANTES, AJUSTAR HORÁRIOS, ANEXAR DOCUMENTOS, ADICIONAR VIDEOCONFERÊNCIA E TAREFAS 352

GOOGLE MEET 354

GMAIL: CONFIGURAÇÕES RÁPIDAS, PAINEL DE VISUALIZAÇÃO E MARCADORES..... 354

REDES DE COMPUTADORES: CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS 360

PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET..... 372

NAVEGADORES WEB 373

MOZILLA FIREFOX..... 373

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

GOOGLE CHROME....373
MICROSOFT EDGE....374
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET: UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE BUSCA COMO GOOGLE E BING....374
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA....376
NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E OUTRAS PRAGAS VIRTUAIS....377
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTISPYWARE ETC.)....384
BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA, INCLUINDO AUTENTICAÇÃO DE DOIS FATORES E GESTÃO DE SENHAS....389

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL....395

DIREITO CONSTITUCIONAL....395
DA APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS....395
INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS....396
VIGÊNCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS....398
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE....398
SISTEMA DIFUSO....399
SISTEMA CONCENTRADO....400
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE....401
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE....402
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL....402
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS....407
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS....410
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS....411
DOS DIREITOS SOCIAIS....433
DOS DIREITOS DE NACIONALIDADE....440
DOS DIREITOS POLÍTICOS....443
DOS PARTIDOS POLÍTICOS....446
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA....450
COMPETÊNCIAS....451
DA UNIÃO....452

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

DOS ESTADOS....455
DOS MUNICÍPIOS....456

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO.... 475

- ORÇAMENTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 475
- LEI Nº 4.320/1964 E ALTERAÇÕES 485
- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E ALTERAÇÕES)... 493
- MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - MCASP, 11ª EDIÇÃO 518

PARTE I - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS....519
PARTE V - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO....527

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS.... 539

- MODELOS DE GESTÃO DE PESSOAS - EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO DE PESSOAS E FATORES CONDICIONANTES DE CADA MODELO 539
- GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS 541
- POSSIBILIDADES E LIMITES DA GESTÃO DE PESSOAS COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO PARA O NEGÓCIO 545

DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS À GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS 545

- POSSIBILIDADES E LIMITES DA GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO 547
- GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO 549
- GESTÃO DE CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL: LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO.... 549
- PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.... 559
- COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL.... 565
- GESTÃO DE CONFLITOS 577
- GESTÃO DE PROCESSOS DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL: CONCEITO DE MUDANÇA.... 579

MUDANÇA ORGANIZACIONAL....579
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL....580

- DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL 581
- ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO 583
- NEGÓCIO, MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, VALORES 587

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

- INDICADORES DE DESEMPENHO 593
- TIPOS DE INDICADORES 596
- VARIÁVEIS COMPONENTES DOS INDICADORES 596
- AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO 598
- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA 601
- PROCESSO DECISÓRIO 601
  - TIPOS DE DECISÕES 602

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

LÍNGUA PORTUGUESA

REDAÇÃO OFICIAL

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Sabe-se da importância de se trabalhar o conteúdo de redação oficial, já que o tema está presente em muitos dos editais de concursos federais.

A fonte de pesquisa básica é a 3ª edição, de 29 de dezembro de 2018, revista, atualizada e ampliada do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República* (MRPR).

Retrospectiva Histórica

Em 11 de janeiro de 1991, o presidente da República autorizou a criação de uma comissão, presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, para rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais.

Depois de nove meses, foi apresentada a primeira edição do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República*.

Esse manual foi dividido em duas partes: a primeira, elaborada pelo diplomata Nestor Forster Jr.:

- tratava das comunicações oficiais;
- sistematizava seus aspectos essenciais;
- padronizava a diagramação dos expedientes;
- exibia modelos;
- simplificava os fechos que vinham sendo utilizados desde 1937;
- suprimia arcaísmos; e
- apresentava uma súmula gramatical aplicada à redação oficial.

A segunda parte, a cargo do ministro Gilmar Mendes, ocupava-se:

- da elaboração e redação dos atos normativos no âmbito do Executivo;
- da conceituação e exemplificação desses atos; e
- do procedimento legislativo.

Depois de 10 anos do lançamento da 1ª edição, foi necessário fazer uma adequação das formas de comunicação usadas na Administração aos avanços da informática.

Outras alterações decorreram da necessidade de adaptação do texto à evolução legislativa na matéria e às alterações constitucionais ocorridas no período.

Segundo o apresentador dessa nova edição, Pedro Parente, chefe da Casa Civil da presidência da República do governo de Fernando Henrique Cardoso, esperava-se que essa nova edição do manual contribuísse, tal qual a primeira, para a consolidação de uma cultura administrativa de profissionalização dos servidores públicos e de respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com a consequente melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Nessa 3ª edição, você perceberá muitas mudanças significativas tanto na formatação dos documentos oficiais quanto na formulação dos aspectos da linguagem e das normas estruturais.

E o que é redação oficial na concepção dos organizadores desse trabalho? Veja a resposta que foi dada por eles a essa pergunta:

> *Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. [...] interessa-nos tratá-la do ponto de vista da administração pública federal.* (Brasil, 2018, p. 16)

Já para nós, que lidamos com conteúdo para concursos, quais são as principais características normativas cobradas nas provas de certames públicos?

Perceba que os três principais motivos que justificam a elaboração do manual e suas revisões são a modernização, a atualização e a busca por eficiência.

A própria passagem do tempo já tornaria essas revisões necessárias, considerando a constante evolução da linguagem e da sociedade pela qual passamos.

É justamente esse o ponto que originou a participação desse assunto nos concursos públicos. Afinal, para quem vai trabalhar no setor público, é realmente importante saber comunicar-se com habilidade e usar os meios adequados para isso se o que se propõe é um serviço eficiente para a sociedade.

Por isso, ao estudar redação oficial, é importante compreender as características da linguagem utilizada, a formatação e a estrutura dos textos — especialmente do padrão ofício — e informações sobre quem envia e quem recebe cada tipo de correspondência, bem como acerca da finalidade de cada uma.

Nosso objetivo é tornar esse assunto um ponto bem simples e objetivo a ser estudado.

- **Notas do Prefácio de Gilmar Mendes**

A seguir, vejamos trechos do prefácio composto por Gilmar Mendes (Brasil, 2018, p. 12):

> *Prefácio*
> *É com grande entusiasmo que recebo a incumbência de prefaciar a terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República, vinte e sete anos após presidir a Comissão encarregada da primeira edição desta obra.*
> *[...]*
> *A primeira revisão ocorreu em 2002, motivada pelas alterações tecnológicas e legislativas da época.*
> *[...]*
> *A partir de 2003, foram publicadas sessenta emendas constitucionais, sobre os mais diversos assuntos.*
> *[...]*
> *Nessa conjuntura, a partir de modificações fáticas e legislativas, bem como de maior fiscalização estatal, instaurou-se um novo método de se fazer administração pública no Brasil. Pretende-se, pois, que a terceira edição do Manual de Redação da Presidência República possa refletir as evoluções ocorridas nas últimas duas décadas, repetindo o legado de*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS

Neste tipo de conteúdo, intitulado "**estrutura lógica de relações arbitrárias**", você notará a presença de situações diversas do mundo real, nas quais, a partir de um conjunto de hipóteses, ou seja, informações previamente conhecidas, será requisitada uma informação implícita ao problema.

Os enunciados irão fornecer o mínimo possível de afirmações sobre os objetos de estudo, sejam frases de negação (do tipo "Maria não é a mais nova"), sejam afirmações (como "João é o mais velho").

Você perceberá, também, que frases de afirmação fornecem mais conclusões do que frases negativas, uma vez que, no primeiro tipo, as relações são mutuamente excludentes — ou seja, em um mesmo problema, se João é o mais velho, então ele não é o mais novo, não havendo nenhuma outra pessoa mais velha do que ele.

Como, muitas vezes, os enunciados trazem uma gama de informações, recomenda-se o uso de uma tabela simples que deve ser preenchida de acordo com as interpretações do problema. Cabe ressaltar, ainda, que a tabela não será completamente preenchida logo no primeiro momento, no qual o uso da interpretação será necessário para a finalização dos exercícios.

Acompanhe os exemplos a seguir e perceba a construção da tabela com os **indivíduos** do problema e suas possíveis **características**.

1. (FUNRIO — 2012) Os carros X, Y e Z possuem 100, 110 e 150 cavalos de potência, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que um deles é de fabricação nacional e que os outros dois são importados, sendo um de fabricação alemã e o outro de fabricação japonesa. Porém não se sabe qual a correta associação entre carros e países de fabricação. No entanto, sabe-se que: o carro X possui 100 cavalos de potência; o carro que possui 150 cavalos de potência é de fabricação alemã; o carro que possui 110 cavalos de potência não é nacional; e que o carro Y não é de fabricação japonesa.

Qual o país de fabricação e a potência do carro Y?

a) Alemanha e 150 cavalos.
b) Alemanha e 110 cavalos.
c) Japão e 100 cavalos.
d) Japão e 110 cavalos.
e) Brasil e 100 cavalos.

Primeiramente, podemos dispor uma tabela simples com as características principais do problema. Note que as marcações nas lacunas em destaque se referem às informações retiradas a partir do enunciado.
1º: o carro X possui 100 cavalos;
2º: se o carro de 150 cavalos é alemão e o de 110 não é nacional, então o de 110 cavalos só pode ser japonês;
3º: se o carro Y não é japonês e o carro X tem 100 cavalos, então o alemão de 150 cavalos será o carro Y.

	100	*110*	*150*	*Brasil*	*Alemanha*	*Japão*
X	*V*	*X*	*X*	*V*	*X*	*X*
Y	*X*	*X*	*V*	*X*	*V*	*X*
Z	*X*	*V*	*X*	*X*	*X*	*V*

Portanto, o carro Y é de fabricação alemã e tem 150 cavalos. Resposta: Letra A.

2. (FUNRIO — 2012) André, Paulo e Raul possuem 30, 35 e 40 anos de idade, não necessariamente nessa ordem. Eles são engenheiro, médico e psicólogo, porém não se sabe a correta associação entre nomes e profissão. Sabe-se, porém, que André não tem 40 anos de idade nem é engenheiro, que Paulo possui 35 anos de idade, que Raul não é médico, e que o médico não possui 30 anos de idade.

Respectivamente, as profissões de André, Paulo e Raul são:

a) psicólogo, engenheiro e médico.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE: RESOLUÇÃO CNJ Nº 400/2021 (DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO)

INTRODUÇÃO

É notável que, nos últimos anos, há um movimento, ainda que lento, em prol do desenvolvimento sustentável, seja na esfera nacional, seja na internacional, assim como nas áreas pública e privada.

Nessa esteira, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 400, de 2021, com os dispositivos a serem observados na implementação da Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário. Frisa-se que, por ser uma resolução do CNJ, deve ser observada pelo Poder Judiciário Federal e pelos estaduais.

Antes de iniciar a análise da Resolução nº 400, seguem as considerações que ensejaram sua criação:

> ***CONSIDERANDO*** *o disposto nos arts. 37 e 170 da Constituição Federal, que tratam respectivamente dos princípios da Administração Pública e da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo, por fim, assegurar, a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da defesa do meio ambiente e o da redução das desigualdades regionais e sociais;*
> ***CONSIDERANDO*** *o art. 225 da Constituição Federal, que estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;*
> ***CONSIDERANDO*** *a necessidade de aprimoramento da gestão do Plano de Logística Sustentável no âmbito do Poder Judiciário;*
> ***CONSIDERANDO*** *a Agenda 2030, que contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados nas dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social, ambiental e institucional – de forma integrada, indivisível e transversal para o atingimento das metas associadas;*
> ***CONSIDERANDO*** *a Portaria CNJ no 133/2018, que institui o Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com os ODS, que constituem a Agenda 2030 das Nações Unidas;*
> ***CONSIDERANDO*** *que o Plano de Logística Sustentável é instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução CNJ no 347/2020;*
> ***CONSIDERANDO*** *a deliberação do Plenário do CNJ no Procedimento de Comissão no 0003855-79.2021.2.00.0000, na 332ª Sessão Ordinária, realizada em 1º de junho de 2021 [...].*

As considerações estão sempre presentes em resoluções e demonstram os motivos que levaram à edição do documento. No presente caso, leva-se em consideração artigos da Constituição Federal, de 1988, resoluções, portarias e deliberação do próprio CNJ e, principalmente, a Agenda 2030.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

> **Art. 1º** *A política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário observará o disposto nesta Resolução.*

O dispositivo acima é simples e transmite a ideia de que a Resolução nº 400 estabelecerá parâmetros para a política de sustentabilidade do Poder Judiciário.

Um ponto que as bancas podem explorar é a abrangência da resolução. Ao afirmar que o documento dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário Federal, muitos candidatos marcariam como correta a afirmativa "caindo na pegadinha da banca". A presente resolução estabelece parâmetros no âmbito do Poder Judiciário de forma integrada, seja federal, seja estadual, pois se trata de documento do CNJ, órgão competente para estabelecer padrões de atuação judiciária e administrativa para todos os tribunais do país.

> **Art. 2º** *Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar* ***modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade****, com base em* ***ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas****, culturalmente diversas e inovadoras, pautadas na integridade,* ***em busca de um desenvolvimento nacional sustentável****. (Redação dada pela Resolução n. 641, de 22.9.2025)*

O art. 2º é muito importante para sua prova. Os órgãos do judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional estruturados em processos que promovam a sustentabilidade. Note que o dispositivo demonstra que o intuito da resolução é abarcar os processos organizacionais, as atividades administrativas (funções atípicas do Poder Judiciário).

Isso poderia ocorrer, por exemplo, nos processos judiciais eletrônicos. A mudança para o eletrônico é uma imensa transformação não apenas no âmbito prático, mas, também, no da sustentabilidade. A economia de papel possui extrema relevância: o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) realizou um levantamento que apontou a economia de 3 milhões de folhas de papel somente no órgão.

Esses modelos de gestão devem se basear em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, conforme dispõe a segunda parte do art. 2º, de memorização obrigatória pelo aluno.

As bancas podem tentar "enganar" o candidato, a título de exemplo, sobre o tema "economicamente viável". Há uma falsa convicção de que o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental são entraves para a economia, como se jogassem em lados opostos, o que não é verdade.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 10 E 11

Prezado(a) estudante,

Tendo em vista que o material referente a Windows 11 é mais atualizado que o conteúdo referente a Windows 10, optamos pelo seu uso, objetivando tornar seu aprendizado o mais completo possível.

Cordialmente,

Nova Concursos.

O sistema operacional Windows 11 foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) e lançado oficialmente em 2021.

A maioria das caraterísticas foi mantida por questões de compatibilidade com as versões anteriores, como os caracteres não permitidos nos nomes de arquivos e pastas. Os atalhos de teclado também foram mantidos, com a adição de novos recursos e alterações pontuais.

Algumas das principais novidades incluem:

- **Design renovado**: o Windows 11 apresenta um design mais moderno e elegante, com cantos arredondados e transparências. O menu **Iniciar** foi reposicionado ao centro da barra de tarefas e, agora, inclui ícones de aplicativos recomendados;
- **Novo recurso *Snap Layouts***: o *Snap Layouts* permite que as várias janelas abertas sejam organizadas em leiautes predefinidos, facilitando a multitarefa. Esta funcionalidade é válida para múltiplos monitores, permitindo "memorizar" o posicionamento das janelas ao desconectar e conectar novamente a segunda tela. É possível escolher entre vários leiautes diferentes, como lado a lado, quadrado ou vertical, para organizar as janelas abertas. Além disso, o Windows 11 apresenta um novo recurso chamado *Snap Groups*, que permite que se salve e restaure grupos de aplicativos abertos em um determinado momento;
- **Microsoft Teams integrado**: o Windows 11 inclui o Microsoft Teams, permitindo que se faça chamadas de vídeo e áudio diretamente no sistema operacional. Esta integração possibilita acesso rápido aos recursos de videochamadas e videoconferência do Microsoft Teams;
- ***Widgets***: o Windows apresenta uma nova área de *widgets* (bugigangas ou ferramentas) que pode ser personalizada para exibir informações relevantes, como notícias, clima e calendário. Os *widgets* são personalizáveis e podem ser redimensionados ou movidos. Atalho de teclado: Windows + W;
- **Desempenho aprimorado**: o Windows 11 foi projetado para ser mais rápido e eficiente do que o Windows 10, com melhorias no desempenho da CPU (processador), GPU (processador gráfico) e memória;
- **Controle de aplicativo inteligente**: é um recurso que

> *[...] adiciona proteção significativa contra ameaças novas e emergentes bloqueando aplicativos mal-intencionados ou não confiáveis. O Controle de Aplicativo Inteligente também ajuda a bloquear aplicativos potencialmente indesejados, que são aplicativos que podem fazer com que seu dispositivo seja executado lentamente, exibir anúncios inesperados, oferecer software extra que você não queria ou fazer outras coisas que você não espera. (Microsoft)*

O Controle de Aplicativo Inteligente opera junto ao software de segurança Microsoft Defender. Para acessar as configurações do Controle de Aplicativo Inteligente, você pode acessar Configurações e, em seguida, Segurança do Windows;

- **PDE** (*Personal Data Encryption*): um recurso que permite criptografar arquivos e pastas no Windows 11. Ele protege os dados pessoais contra acesso não autorizado, garantindo que apenas o dono ou proprietário possa acessá-los;
- **Segurança aprimorada**: recursos como o TPM 2.0 e o Secure Boot protegem contra ameaças e invasões.

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES: ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

No Windows 11, os diretórios são chamados de pastas, e algumas delas são consideradas especiais, pois contêm coleções de arquivos denominadas Bibliotecas.

Ao todo, são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

DA APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

A positivação de uma norma constitucional não implica automaticamente sua eficácia e aplicabilidade. As normas constitucionais, apesar de sua posição hierárquica máxima dentro do ordenamento jurídico, não são ilimitadas, de modo que têm restrições que impedem sua aplicação, modificação ou interpretação de maneira irrestrita.

Esses limites são essenciais para garantir a estabilidade da constituição e evitar distorções que comprometam seu propósito fundamental. Dessa forma, todas as normas constitucionais têm eficácia jurídica independentemente de regulamentação. Segundo a doutrina, são classificadas em normas de eficácia plena, contida e limitada, como veremos adiante.

Dos Limites Formais

Os limites formais e materiais dizem respeito às restrições impostas à criação, à alteração ou à extinção das normas constitucionais.

Referem-se ao procedimento necessário para a modificação das normas constitucionais e às restrições impostas ao próprio processo legislativo. No Brasil, a Constituição Federal estabelece regras rígidas para sua alteração, visando impedir mudanças casuísticas ou precipitadas.

Como exemplo, podemos citar o art. 60 da Constituição Federal, que regula o processo de emenda constitucional, estabelecendo que qualquer proposta de modificação deve seguir um rito específico:

> **Art. 60** *A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:*
> *I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;*
> *II - do Presidente da República;*
> *III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.*
> *§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.*
> *[...]*

Cumpre destacar que esse processo mais rigoroso garante a estabilidade do texto constitucional, evitando que mudanças sejam feitas de maneira impulsiva ou sem a devida reflexão.

Além disso, o dispositivo tem o objetivo de impedir que reformas constitucionais sejam realizadas em períodos de instabilidade política ou institucional, garantindo que a constituição não seja alterada sob pressão ou por interesses autoritários.

Dos Limites Materiais

Os limites materiais referem-se ao conteúdo da norma constitucional, ou seja, certas disposições que não podem ser alteradas, independentemente do procedimento adotado. Esse tipo de limitação é essencial para preservar princípios fundamentais da constituição.

Neste sentido, o § 4º do art. 60 estabelece que determinadas normas não podem ser abolidas por meio de emenda constitucional:

> **Art. 60** *[...]*
> *§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:*
> *I - a forma federativa de Estado;*
> *II - o voto direto, secreto, universal e periódico;*
> *III - a separação dos Poderes;*
> *IV - os direitos e garantias individuais.*
> *[...]*

Um exemplo prático da aplicação dessas restrições ocorreu em propostas que tentavam instituir a reeleição indefinida para chefes do Poder Executivo.

Caso essa medida tivesse sido aprovada sem preservar o voto periódico e universal, poderia ser considerada inconstitucional por ferir uma cláusula pétrea.

Dos Limites à Aplicação das Normas Constitucionais

Mesmo depois de sua promulgação, as normas constitucionais encontram barreiras quanto à sua aplicabilidade prática, devido a fatores **temporais**, **espaciais** e **circunstanciais**.

Nesse espectro, em se tratando de **limites temporais**, nem todas as normas constitucionais têm aplicabilidade imediata. Algumas exigem regulamentação posterior por meio de leis infraconstitucionais.

Assim, no que se refere aos limites de aplicabilidade das normas, vale destacar a norma de eficácia plena, a norma de eficácia contida e a norma de eficácia limitada.

Adiante, acerca dos **limites espaciais**, nem sempre se aplicam a todo o território nacional. Algumas regras são direcionadas exclusivamente a determinados entes federativos, como no caso da Constituição Federal, que estabelece que certos tributos são de competência exclusiva da União, enquanto outros são de competência dos estados ou municípios.

Assim, uma lei estadual que tentasse regulamentar o imposto sobre produtos industrializados (IPI) seria inconstitucional, pois essa matéria é de competência exclusiva da União.

Ainda nesse sentido, sobre os **limites circunstanciais**: além de não poder ser alterada em momentos de crise institucional, há normas constitucionais cuja aplicação pode ser temporariamente restrita em casos de estado de defesa ou de estado de sítio.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

ORÇAMENTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

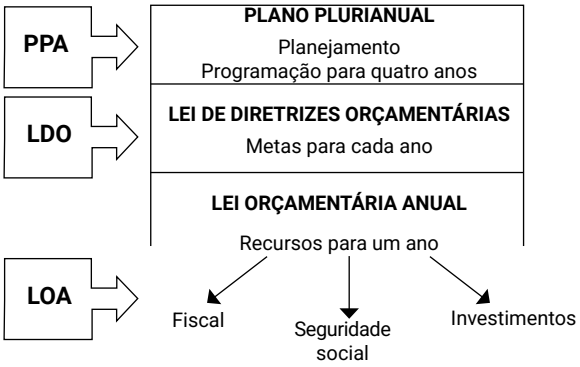
O orçamento público é a estimativa de receitas e previsão de despesas que o governo terá dentro do ano civil. O modelo orçamentário de planejamento e gestão está previsto no **art. 165**, da Constituição, em que as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o **plano plurianual**, as **diretrizes orçamentárias** e os **orçamentos anuais**.

> **Art. 165** *Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*
> *I - o plano plurianual;*
> *II - as diretrizes orçamentárias;*
> *III - os orçamentos anuais.*
> *§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.*
> *§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)*
> *§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)*
> *§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.*

É obrigatório o Poder Executivo publicar relatório resumido de execução orçamentária.

Conforme entendimento do STF.

> *As disponibilidades de caixa dos Estados-membros, dos órgãos ou entidades que os integram e das empresas por eles controladas deverão ser depositadas em instituições financeiras oficiais, cabendo,* ***unicamente, à União Federal, mediante lei de caráter nacional, definir as exceções autorizadas pelo art. 164, § 3º, da Constituição da República*** (ADI 2.661 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 5-6-2002, P, DJ de 23-8-2002).



O **plano plurianual** (**PPA**) estabelece os programas de duração continuada e despesas de capital da Administração Pública, ou seja, é um planejamento de médio prazo que estabelece de forma regionalizada as metas e diretrizes da Administração Pública.

A **lei de diretrizes orçamentárias** (**LDO**) é elaborada em consonância com a PPA e auxilia na elaboração da lei orçamentária anual (LOA).

A **lei orçamentária anual** é elaborada em harmonia com PPA e LDO, tendo por finalidade estimar as receitas por um determinado exercício financeiro e fixar as despesas que serão realizadas pelo governo. Além disso, é um instrumento de curto prazo da Administração federal que viabiliza de forma prática as diretrizes que já foram estabelecidas no PPA.

> **Art. 165** *[...]*
> *§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:*
> *I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*
> *II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;*
> *III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.*
> *§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.*
> *§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.*
> *§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.*

Conforme § 5º, do **art. 165**, da CF, dentro da LOA encontramos três orçamentos:

- o **fiscal**, que é referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- dos **investimentos** das estatais (empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto);

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

MODELOS DE GESTÃO DE PESSOAS - EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO DE PESSOAS E FATORES CONDICIONANTES DE CADA MODELO

As organizações estão em constante crescimento e desenvolvimento. Quanto maior o número de produtos/serviços oferecidos e a abrangência de mercado, maior a necessidade de ter pessoas qualificadas e competentes para manter e aumentar a competitividade organizacional. Sendo assim, toda organização necessita de pessoas para sua sobrevivência e seu sucesso, ainda que em menor escala.

É justamente porque as organizações dependem das pessoas que existe a necessidade de gerenciar e orientar o comportamento desses indivíduos no ambiente de trabalho. Isso significa que o comportamento dos trabalhadores deve ser coerente com os objetivos e valores da organização. A área/departamento que atua sobre o comportamento das pessoas é chamada de Gestão de Pessoas (GP).

Ferracciu destaca que as práticas de gestão e liderança vão sendo aprimoradas ao longo do tempo, de acordo com as necessidades dos indivíduos e, consequentemente, das organizações. A autora apresenta 12 modelos de gestão de pessoas, que serão descritos a seguir.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Nesse modelo, o foco está na valorização dos talentos organizacionais. Os trabalhadores são incentivados a contribuir para a resolução dos problemas e desafios organizacionais. A comunicação é facilitada, de forma que líderes e liderados podem trocar ideias, ainda que não haja uma reunião formal para discussão de determinado(s) assunto(s).

O líder democrático busca manter a equipe unida e proporciona que os indivíduos também tomem decisões. Visto que as ideias dos trabalhadores são valorizadas, esses são motivados a buscar maior conhecimento e capacitação, o que resulta em contribuições cada vez melhores à organização.

GESTÃO INSPIRADORA

Aqui, o foco está na liderança inspiradora. Vale lembrar que inspirar é diferente de motivar. Apesar de muitos líderes buscarem formas de motivar os trabalhadores, por meio de palestras e treinamentos, por exemplo, a motivação é intrínseca, ou seja, está no interior dos indivíduos. É impossível, portanto, que um gestor ou líder seja capaz de motivar os colaboradores.

A gestão inspiradora, por outro lado, é fundamentada na premissa de que as pessoas são positivamente inspiradas, isto é: fazem e se tornam melhor naquilo que as inspiram. Logo, o líder deve se esforçar para ser um exemplo para seus liderados. Quando os trabalhadores percebem que o líder é um ponto de apoio e que contribui para o desenvolvimento dos outros, esses indivíduos podem sentir-se inspirados por ele, buscando aprendizado e crescimento. Por último, destaca-se que o líder inspirador não é apenas aquele capaz de desempenhar suas tarefas com maestria, mas, especialmente, aquele que possui habilidades humanas.

Três tipos de habilidades são necessários para os gestores/administradores. Para cada nível organizacional ou tipo de função, uma delas prevalece. Veja a seguir:

- **Habilidades conceituais:** Necessárias especialmente para aqueles que estão no nível estratégico da organização. Tais habilidades são associadas à capacidade de pensar, raciocinar e trabalhar com ideias;
- **Habilidades humanas:** Necessárias em especial àqueles que estão no nível tático da organização. No entanto, essa habilidade também é importante para os outros dois níveis. Os profissionais devem saber trabalhar com as pessoas e interagir com elas por meio da comunicação, coordenação e resolução de conflitos;
- **Habilidades técnicas:** Especialmente requeridas daqueles no nível operacional da organização. Significa que os gestores devem ter conhecimento especializado e saber executar as técnicas com as quais lidam no dia a dia de trabalho.

GESTÃO MERITOCRÁTICA

O foco desse modelo está na justiça e imparcialidade do líder. Falar em meritocracia significa que cada profissional será avaliado e recompensado de acordo com o esforço despendido e os resultados alcançados na organização.

Nesse tipo de gestão, os trabalhadores podem sentir-se motivados a aprimorar seus conhecimentos e habilidades, na certeza de que serão reconhecidos. Consequentemente, os resultados para a organização também são positivos. Por outro lado, a intensa busca pelo reconhecimento pode gerar um clima de competição e rivalidade entre os trabalhadores, o que demanda habilidade do líder para resolver possíveis conflitos. Finalmente, o líder deve ser bastante transparente e imparcial para que nenhum liderado se sinta prejudicado.

GESTÃO COM FOCO EM RESULTADOS

Esse modelo foca-se nos resultados. O resultado alcançado pelo trabalhador (e pela equipe) é mais relevante do que o caminho para chegar a esse resultado. Isso não significa, entretanto, que os fins justificam os meios. Evidentemente, os resultados alcançados devem estar pautados na ética e nos valores organizacionais. Para alcançar esses resultados, é importante monitorar as causas. Em seguida, o indivíduo ou grupo devem propor soluções.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com

NOVA CONCURSOS

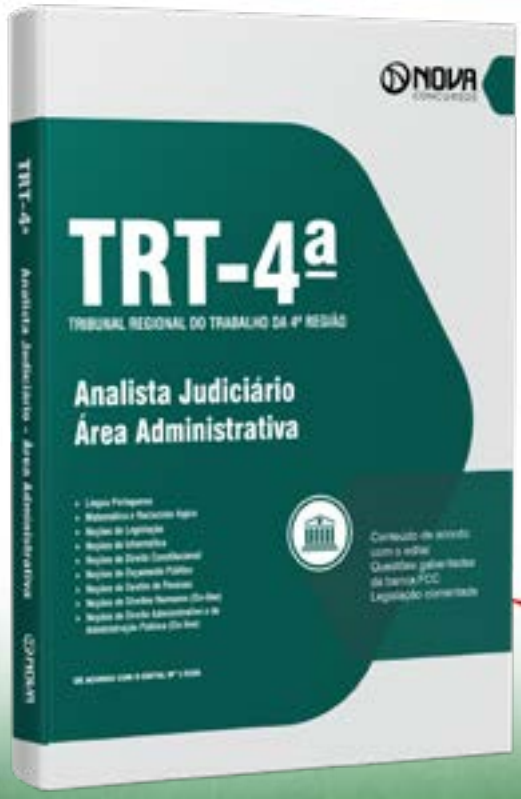
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO